

Observatório MulherES

Violência contra a Mulher



NOTA
TÉCNICA

72

Agosto de 2024

Instituto Jones dos Santos Neves

Observatório Mulheres: enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

Vitória, ES, 2024. 42p.; il. tab. (NT I 72).

1. Violência contra a mulher. 2. Motivação da violência.
3. Vítimas de violência. 4. Agressão. 5. Autor da violência.
6. Espírito Santo. 7. Brasil.

I. Silva, Igor Anacleto da. II. Collodetti, Thalyta Santana.
III. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Ricardo de Rezende Ferraço

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Geral

Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Coordenação Geral

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein (Coordenação de Estatística – CEST)

Elaboração da Nota Técnica

Igor Anacleto da Silva (Coordenação de Estatística – CEST)

Thalyta Santana Collodetti (Pesquisadora Motriz)

Revisor da Nota Técnica

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein (Coordenação de Estatística – CEST)

Thiago de Carvalho Guadalupe (Coordenação de Estudos Sociais – CES)

Elaboração do Painel de Violência Interpessoal

Igor Anacleto da Silva

Bibliotecária

Rosana Mariano Chagas

Sumário

Apresentação.....	5
1. Introdução.....	6
2. Metodologia.....	16
3. Painel de Indicadores.....	17
4. Considerações Finais.....	38
Referências	39

Apresentação

Este módulo do Observatório MulherES tem como proposta apresentar detalhes sobre as informações presentes no painel de Violência contra a Mulher. Todas as informações foram coletadas por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)¹, do Departamento de Vigilância Epidemiológica situada no Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde e disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

O objetivo desta Nota Técnica (NT) é complementar e fornecer uma interpretação mais aprofundada do painel de indicadores relacionado ao eixo em questão, debatendo sobre a realidade das mulheres em diversas situações de violência. Abordando questões como motivação da violência, localidade de ocorrência, relação do autor com a vítima, se a mulher é gestante, possui deficiência, entre outros dados relacionados. Fatos estes que serão detalhados nos próximos tópicos, de forma que seja um material de apoio e de melhor investigação a respeito das variáveis e do método adotado numa série histórica de atualização contínua, apresentada a partir do ano de 2017.

A divisão de temas permite a compreensão dos maiores desafios a serem enfrentados, além de possibilitar obtenção de uma visão geral dos indicadores pelo recorte de raça/cor, orientação sexual, assim como outros filtros que podem ser realizados no painel interativo de dados sobre a temática.

Tais recortes contribuem para uma análise mais aprofundada sobre as particularidades da população feminina, possibilitando ações de fortalecimento de políticas públicas voltadas para uma melhor segurança das mulheres capixabas e um direcionamento mais efetivo para as múltiplas opções de investigação da população feminina e seus diversos

1 Para mais informações acesse: <http://www.portalsinan.saude.gov.br/>

contextos. Para tanto, esta nota está estruturada nas seguintes seções: Introdução, Metodologia, Painel de indicadores e Considerações finais.

1. Introdução

Em diversos países, sociedades e culturas, as mulheres são vistas e tratadas historicamente como membros de classe inferior. O preconceito e estigma contra elas estão profundamente enraizados ainda hoje, onde misoginia, sexismo e machismo são pautas e questões frequentes no cotidiano das mulheres em vários ramos do seio social, fato explicitado no relatório do Índice de Normas Sociais de Gênero (INSG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2023².

A violência contra as mulheres, em todas as suas manifestações, é uma questão persistente mesmo em nações consideradas mais desenvolvidas economicamente, com índices sociais mais elevados e etc. No Brasil, não é diferente, o número de casos de assédio sexual, estupro, agressões e feminicídios são alarmantes e bastante presentes na realidade da mulher brasileira e capixaba.

A Organização das Nações Unidas (ONU), define violência contra a mulher como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em via pública ou privada" (s/d). Segundo Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU:

"A violência contra as mulheres é um problema mundial que atinge todas as sociedades e culturas e afeta as mulheres, independentemente da sua raça, etnia, origem social, nascimento ou qualquer outra condição, é, talvez, a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto continuar a existir, não podemos dizer que temos um progresso real em direção à igualdade, desenvolvimento e paz". (s/d).

² Texto de nome original "Breaking down gender biases: Shifting social norms towards gender equality."

Já a Anistia Internacional, importante organização de promoção mundial de campanhas sobre Direitos Humanos e das minorias, descreve atualmente a violência contra mulheres de todas as idades como o desafio mais presente nas discussões sobre Direitos Humanos na atualidade mundial.

A violência dirigida às mulheres se manifesta de maneiras diversas e, portanto, é crucial categorizar a natureza dessa violência para compreender a dinâmica subjacente que afeta as rotinas diárias das mulheres e a prevalência de casos violentos de forma mais ampla.

O espectro da violência contra as mulheres engloba uma série de manifestações, sendo as formas mais frequentemente reconhecidas e especificadas na Lei nº11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que serão tratadas aqui: sendo física, psicológica, moral, sexual e patrimonial³, presentes no art. 7º da lei, em seu capítulo II. Essas classificações são particularmente pertinentes ao examinar as circunstâncias prevalentes no contexto brasileiro contemporâneo, onde compreender a prevalência e as nuances dos diferentes tipos de violência é essencial para mecanismos eficazes de intervenção e apoio. Ao identificar e distinguir entre essas várias formas de violência, formuladores de políticas, defensores e prestadores de serviços podem adaptar melhor suas respostas para atender às necessidades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres que sofrem violência no Brasil.

Delineando melhor as formas de violência preconizadas na legislação citada anteriormente, entendemos por:

- Violência Física: é “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Como exemplo, espancamento, ferimentos, puxões de cabelo, estrangulamento, sufocamento, ter objetos atirados nela, tortura e lesões.

³ Também conhecida como Violência Financeira.

- Violência Psicológica: pode ser classificada como qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima ou que vise controlar ações, comportamentos e crenças da mulher. Onde cita-se como exemplos:

“Ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”⁴ (BRASIL, 2006).

- Violência Moral: “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”, como: acusação de traição, críticas inverídicas, invasão de privacidade, desmoralização, xingamentos, exposição da vida íntima e desvalorização da índole.
- Violência Sexual: é qualquer conduta que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não consensual, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, como: induzir:

“A comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos” (Idem, 2006).

- Violência Patrimonial: é qualquer conduta que configure:

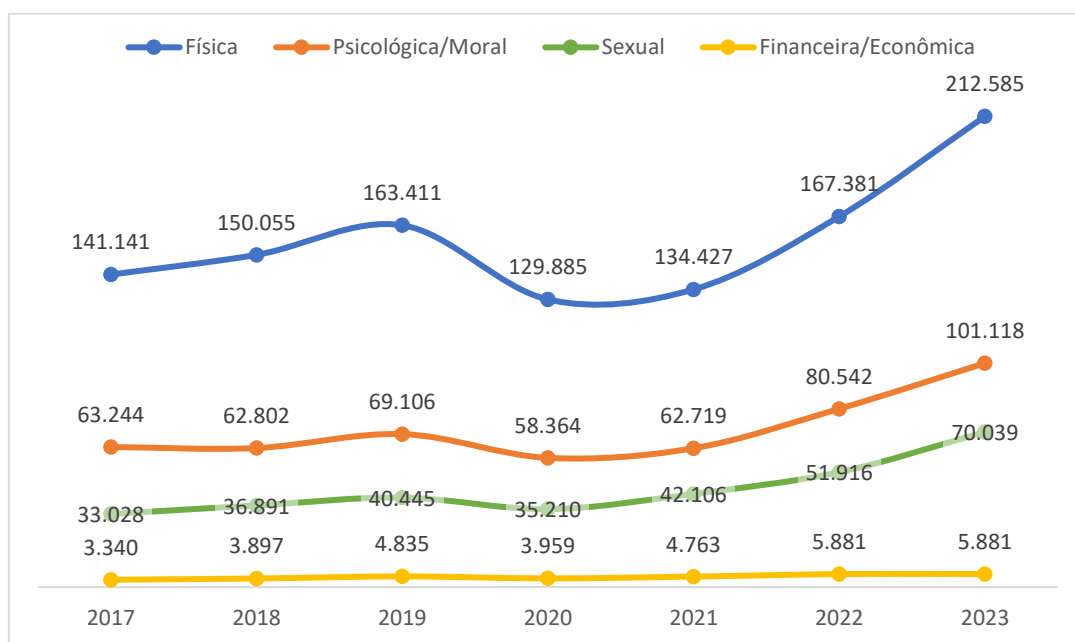
“Retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Idem, 2006).

A violência contra as mulheres, abrangendo múltiplas facetas, como as descritas acima, viola seus direitos humanos e representa um problema significativo de saúde pública, ultrapassando as fronteiras sociais em termos de classe, origem e faixa etária, muitas vezes perpetrada por parceiros e familiares dentro de suas próprias famílias e residências (Brasil, 2011 apud. Battisti & Lohmann, 2019).

⁴ Redação dada pela Lei nº13.772/18.

No ano de 2023, o Brasil registrou os maiores números de casos de violência contra a mulher desde 2017, com um aumento percentual de 50,61% nos registros de violência física, 59,88% nos casos de violência psicológica, 112,05% das ocorrências de violência sexual e 76,07% nos casos de violência financeira/econômica, bem como podemos observar nos dados trabalhados no painel ao qual se atribui esta NT. Analisando os dados do SINAN a partir do referido ano de 2017, vemos que há uma prevalência histórica de violência física, seguido da violência psicológica/moral no Brasil, com uma diferença acima de 100% de casos entre estas duas, como pode ser visto logo abaixo na série histórica presente no Gráfico 1, que expõe os casos de violência ao longo dos anos.

Gráfico 1 - Série histórica das principais violências sofridas por mulheres - Brasil (2017-2023)⁵



Fonte: SINAN (DATASUS, 2024).
Elaboração: Observatório MulherES - IJSN.

Segundo o Atlas da Violência 2023, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), embora muito se noticie sobre casos de feminicídio e homicídio contra mulheres, ainda

⁵ Vale ressaltar que os dados de 2022 do SINAN são preliminares, assim que consolidados em sua base de dados, atualizaremos o painel.

há o desconhecimento de informações a respeito de outras formas de violência contra a mulher que ocorrem no Brasil. Apesar dos indicadores alarmantes desses crimes, este é considerado um campo de estudo relativamente recente. Enfatizando aqui que a subnotificação dos casos ou mesmo a naturalização historicamente aceita de casos de violência contra mulher perpassam toda história recente do Brasil. Nisso, a mudança de paradigmas sociais e conscientização tem tido relevante papel na identificação e encorajamento da mulher em identificar e denunciar casos de violência aos órgãos competentes.

Ainda segundo o Atlas nesta mesma edição, há corroboração quanto ao baixo conhecimento sobre o acumulado total de ocorrências de violência contra mulher, que apresenta problemas quanto aos casos não registrados ou não identificados, em que 19,3% dos homicídios de mulheres, de acordo com os dados projetados em 2021, seria maior que o número de homicídios oficiais, por exemplo.⁶

Outro estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública nomeado como: “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, publicado em 2023, afirma que cerca de 30% das brasileiras “sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022” (FBSP, 2023, p.41). Este estudo indica ainda um aumento significativo em relação aos anos anteriores estudados e publicados em edições anteriores. Onde, “quando a respondente foi perguntada se sofreu ‘batida, empurrão ou chute’ nos últimos doze meses, 11,6% das mulheres responderam positivamente, ante um índice de 6,3% na pesquisa de 2021” (ibidem).

Dentre outros aspectos importantes do relatório anterior, observa-se a partir da taxa de mortalidade de mulheres por 100 mil habitantes decorrente de atos violentos, o indicativo de que a mortalidade das mulheres negras é cerca de 1,8 vezes mais que aquelas não negras.

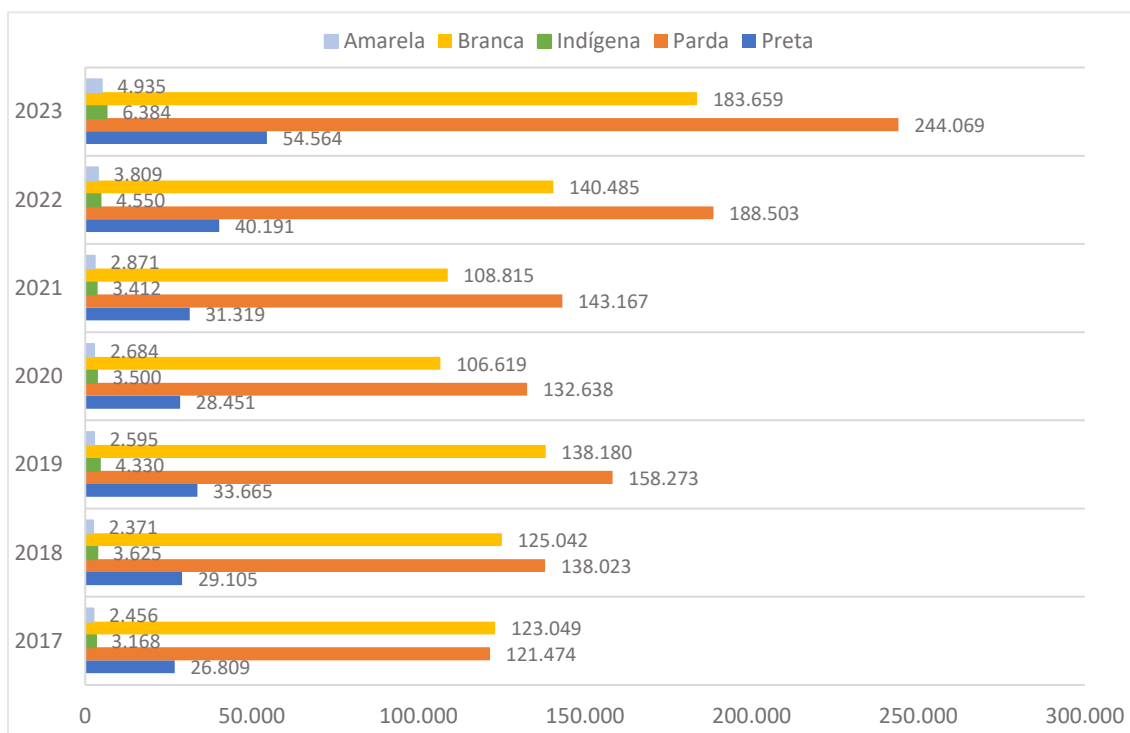
⁶ Para mais detalhes, ver também a edição de 2024 do Atlas.

“A desigualdade na letalidade entre mulheres negras e não negras no Brasil revela o encontro do racismo estrutural com os valores do patriarcado. Inúmeros trabalhos têm mostrado o diferencial salarial e a discriminação racial entre homens e mulheres e entre pessoas negras e não negras” (FBSP, 2023, p.48).

Dessa forma, a compreensão desta dimensão racial e discriminatória entre pessoas negras e não negras é, notoriamente, um fator determinante para melhor compreensão do assunto abordado.

O Gráfico 2 mostra a série histórica dos dados sobre violência contra mulher por raça/cor. Observa-se que a maior quantidade total de registros se deu no ano de 2023 e que há prevalência dos casos em mulheres consideradas negras (pardas e pretas). Nesse mesmo ano, houve 114.974 casos a mais de violência contra mulheres negras em relação as mulheres brancas. Já a raça/cor que apresentou menor quantitativo foi a de mulheres “amarelas”, historicamente conhecidas como descendentes de povos do leste asiático. Percebe-se que para o ano de 2023, houve aumento em todos indicadores por raça/cor, indicando um aumento do total de ocorrências no país, mesmo considerando os anos anteriores à pandemia de Covid-19 aqui analisados.

Gráfico 2 – Casos de violência contra mulher por raça/cor no Brasil, 2017-2023

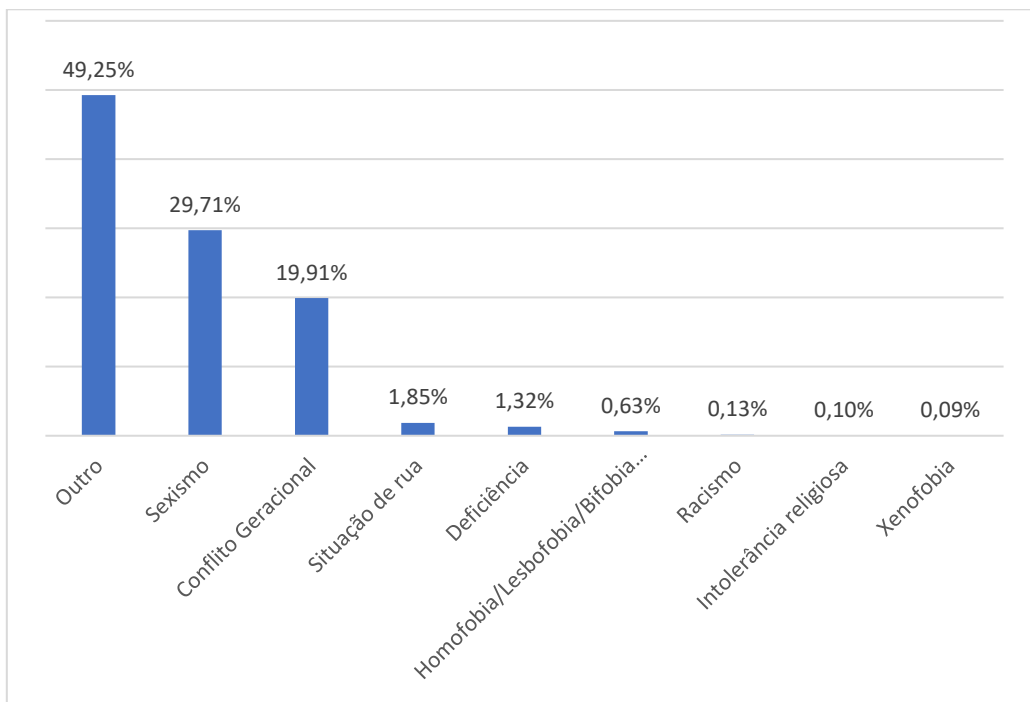


Fonte: SINAN (DATASUS, 2024).
Elaboração: Observatório MulherES - IJSN.

O Gráfico 3 mostra os dados presentes no painel das principais motivações de atos violentos contra mulheres registrados no sistema de saúde pelo SINAN, evidenciando o alto percentual no gráfico, evidenciando a relevância quantitativa dos casos de sexismo⁷. A partir da exposição presente no painel de Violência interpessoal, nós também podemos realizar com esse gráfico e todos os outros as filtragens de interesse, tal como por raça/cor, mostrado no gráfico 2, por tipo de violência, UF, ano da ocorrência, escolaridade da vítima, dentre outros.

⁷ Que podemos chamar também de discriminação de gênero.

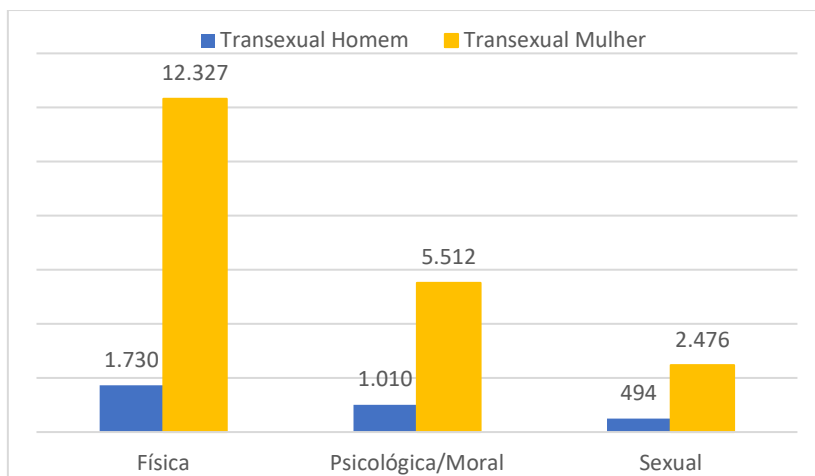
Gráfico 3 –Motivação do ato violento contra a mulher – Brasil (2017-2023)



Fonte: SINAN (DATASUS, 2024).
Elaboração: Observatório MulherES - IJSN.

No gráfico 4 expomos os casos de violência contra pessoas trans nos principais tipos de violência registrados na série histórica do país. Dados estes também presente no painel, onde é possível explorar de várias maneiras distintas os dados que constam no mesmo.

Gráfico 4 – Principais tipos de violência contra pessoas trans – Brasil (2017-2023)



Fonte: SINAN (DATASUS, 2024).
Elaboração: Observatório MulherES - IJSN.

Ademais, a pesquisa de Leite et al. (2023) também nos traz alguns apontamentos interessantes ao discorrer sobre a discussão apresentada no presente eixo do Observatório. Por exemplo, afirmam que no Espírito Santo as mulheres entre 20 e 59 anos foram as que mais sofreram com casos de violência. Reafirmando o que já foi colocado pelo texto do FBSP (2023), onde há a assertiva de que as mulheres pretas e pardas são as maiores vítimas em casos de violência, a partir da notificação das ocorrências. No caso da pesquisa de Leite et al. (2023), visualiza-se, dentre outros fatores, que é prevalente o número de notificações de casos de violência em áreas urbanas e periurbanas do estado do Espírito Santo. A pesquisa afirma ainda que, no Espírito Santo, a violência física mais comumente ocorrida foi causada por um conhecido da vítima e com suspeita de uso de álcool.

Sendo assim, estes estudos trazem outros paralelos que discorrem sobre a violência contra a mulher de forma bastante robusta e detalhada, que serviram de subsídio importante para corroborar informações coletadas e analisadas na pesquisa referente ao Observatório MulherES. Feitas estas considerações, portanto, sugere-se a leitura complementar dos documentos aqui citados e de outros presentes na bibliografia, que

serviram de base teórica para esta Nota Técnica e para complementar a discussão ensejada que norteou a elaboração do painel.

Um ponto de destaque presente nos dados do painel é a quedas dos valores gerais em 2020 e 2021 seguido de um brusco aumento nos anos seguintes, superando a média dos anos anteriores da série histórica analisada. Podemos exprimir que isso se dá devido às adversidades sanitárias de grandes proporções enfrentadas pelo Brasil durante a pandemia de Covid-19, em que, uma das principais orientações, sobretudo em seu período mais crítico, foi de evitar e/ou limitar deslocamento e aglomeração de pessoas em locais públicos e de uso comum.

Dentro do escopo das várias orientações recomendadas para melhor proteção durante o período crítico da pandemia, uma delas era evitar locais de atendimento médico, visando segurança e prevenção, frente ao grande quantitativo de pessoas com sintomas da doença, sua fácil disseminação e alta mortalidade. Assim, o sistema de saúde neste período citado passou por uma sobrecarga de leitos e profissionais voltados à mitigação dos problemas diretos e indiretos causados pelo vírus, que refletiu na queda do atendimento de serviços essenciais contínuos e habituais do sistema de saúde, como tratamentos, internações, transplantes, cirurgias e etc. por motivos não vinculados à Covid-19⁸. Atendimentos estes retomados aos poucos após as campanhas e efetivação da aplicação das vacinas para a doença no país.

Sendo assim, poder-se-á afirmar que a diminuição nos atendimentos relacionados à violência contra mulher pode ser atribuída à mesma dinâmica vista nos outros casos citados anteriormente. Como exemplo, os principais tipos de violência - Física, Psicológica e Sexual – que ocorreram em mais de 70% dos casos da série histórica dentro

⁸ É possível analisar melhor essa questão a partir de artigos relacionados ao assunto, como o de Bigoni et al. (2022) e pela Nota Técnica da Fiocruz (2022), que emitiu também um detalhamento maior sobre o assunto. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-revela-como-pandemia-afetou-os-atendimentos-no-sus> Acesso em: jun. 2024.

da residência da vítima, e, apresentaram aumento nos anos de 2020 e 2021 em comparação aos anos anteriores da análise.⁹

2. Metodologia

O painel do módulo de Violência Contra a Mulher foi nomeado como: Violência Interpessoal. E, está dividido em algumas seções, são elas: violência contra a mulher (dentro dessa seção encontram-se as subseções de violência física, violência psicológica e violência sexual)¹⁰, violência contra gestantes (com uma subseção de violência contra gestantes com deficiência), violência contra pessoas com deficiência (PCD), violência por orientação sexual e identidade de gênero, agressão e autor da violência. Cada seção é composta por indicadores que correspondem à temática e que foram selecionados com o intuito de possibilitar a interpretação da realidade das mulheres nesses contextos.

Em todas as temáticas é possível observar os indicadores por ano, pelas Unidades da Federação e por raça/cor. Como já mencionado, a fonte de dados escolhida para a construção do presente painel foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/Ministério da Saúde). Em suma, o SINAN:

“É alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. O seu uso sistemático, de forma descentralizada, contribui para a democratização da informação, permitindo que todos os profissionais de saúde tenham acesso à informação e as tornem disponíveis para a comunidade. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar o

⁹ Conforme dados do SINAN, presentes no nosso painel.

¹⁰ Por serem as formas de violência contra mulher mais frequentes, demos preferência em criar gráficos expositivos em páginas específicas do Power BI desenvolvido para este módulo, visando assim dar melhor atenção para esses fenômenos ao serem explorados pelo leitor.

planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções” (SINAN, s/d).

A escolha desta fonte, tal como nos casos dos outros painéis confeccionados para o Observatório MulherES, tem como critérios principais: o caráter oficial; a confiabilidade, grande capilaridade das informações e a contínua divulgação dos dados de forma periódica¹¹. Por serem dados de toda a população é possível trazer o cenário real da realidade da violência contra a mulher, permitindo a análise em cenários múltiplos.

Os microdados do painel foram obtidos diretamente da página oficial do SINAN na aba de transferência de arquivos¹², onde é possível obter os dados brutos de vários programas e sistemas integrados de informação sobre a saúde do DATASUS, como já mencionado anteriormente. A partir daí houveram algumas etapas até as informações estarem prontas para importação e construção do painel. Em geral, foram: coleta, tratamento, integralização e revisão¹³.

3. Painel de Indicadores

Os aspectos conceituais e definições dos indicadores selecionados para o módulo de violência do Observatório MulherES serão apresentados a seguir, divididos por seções no painel desenvolvido no software Microsoft Power BI^{®14}: violência contra a mulher (dentro dessa seção encontra-se as subseções de violência física, violência psicológica e

¹¹ Fato de suma relevância, tendo em vista que os painéis do Observatório têm como premissa sua atualização anual, permitindo o contínuo acompanhamento dos dados levantados.

¹² Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/transferecia-de-arquivos> Acesso em: março de 2024.

¹³ Considera-se fundamental examinar as informações desta base de dados junto ao seu dicionário de dados, tendo assim melhor compreensão das características presentes nas variáveis estudadas. Disponível em:

http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/via/DIC_DADOS_NET_Violencias_v5.pdf.

Acesso em: março de 2024.

¹⁴ Versão final de uso: 2.126.1261.0 64-bit (fevereiro de 2024).

violência sexual)¹⁵, violência contra gestantes (com uma subseção de violência contra gestantes com deficiência), violência contra pessoas com deficiência (PCD), violência por orientação sexual e identidade de gênero, agressão e autor da violência.

A criação deste produto tem como proposta principal apresentar as informações da pesquisa de forma gráfica e interativa, proporcionando ao pesquisador, gestor ou para a população em geral, uma maneira mais prática e visual para observar e examinar a base de dados escolhida, tratada e produzida para o painel. Isso, assim como nos demais eixos presentes no Observatório MulherES, democratizando seu acesso e sua replicação, garantindo o acesso à informação e a transparência na administração pública.

3.1. Violência contra a mulher

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar os dados mais relevantes referente a violência contra a mulher, conforme avaliação da equipe técnica do Observatório MulherES, como série histórica dos casos de violência, motivação dos atos violentos contra mulheres, estado civil e escolaridade das mulheres vítimas de violência. Abaixo apresentamos algumas dessas informações citadas, descrevendo-as:

Violência física contra mulheres

Quantidade de casos de violência física sofridos pelas mulheres ao longo dos anos.

Violência psicológica contra mulheres

Quantidade de casos de violência psicológica sofridos pelas mulheres ao longo dos anos.

Violência sexual contra mulheres

Quantidade de casos de violência sexual sofridos pelas mulheres ao longo dos anos.

¹⁵ Por serem as formas de violência contra mulher mais frequentes, demos preferência em criar gráficos expositivos em páginas específicas do Power BI desenvolvido para este módulo, visando assim dar melhor atenção para esses fenômenos ao serem explorados pelo leitor.

Lesão autoprovocada de mulheres vítimas de violência

Quantidade de casos de mulheres que causaram lesões contra si mesmas, mulheres que sofreram algum tipo de violência. Essa informação também é apresentada pelo comparativo de raça/cor.

Casos de sexismo

Quantidade de casos de violência contra mulher motivados por sexismo, ou seja, motivados pela discriminação de sexo, gênero ou orientação sexual da mulher. Essa informação também é apresentada pelo comparativo de raça/cor.

Outros tipos de violência contra a mulher

Quantidade de casos de violência contra a mulher, por tipo de violência que sofreram. As opções apresentadas foram: negligência/abandono, trabalho infantil, tráfico de seres humanos, tortura e violência financeira/econômica.

Dentro dessa seção foram criadas subdivisões para permitir a análise dos principais tipos de violência contra a mulher: violência física, violência psicológica e violência sexual.

3.1.1. Violência física

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência física contra mulheres e são descritos e detalhados abaixo:

Relação do autor da violência com a vítima

Quantidade de casos de violência física contra a mulher segundo a relação dela com o autor da violência. As opções apresentadas foram: conhecido, cônjuge, cuidador, desconhecido, ex-cônjuge, ex-namorado, filho, irmão, madrasta, mãe, namorado, padrasto, pai, patrão ou chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei ou a própria mulher.

Sexo do autor da violência

Quantidade de casos de violência física contra a mulher conforme provável sexo do autor da violência.

Violência física contra mulheres por raça/cor

Quantidade de casos de violência física contra a mulher segundo a raça/cor. As opções apresentadas foram: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Violência física contra mulheres por Unidade da Federação

Quantidade de casos de violência física contra a mulher por Unidade da Federação.

Violência física contra mulheres por sexo e ciclo de vida do autor da violência

Porcentagem do total de casos de violência física contra a mulher por sexo do autor: feminino, masculino ou ambos os sexos, de acordo com o ciclo de vida do autor: criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso.

Situação conjugal das mulheres vítimas de violência física

Porcentagem de mulheres, vítimas de violência física, de acordo com seu estado civil. As opções disponíveis eram: solteira, casada/união consensual, separada ou viúva.

Violência física contra mulheres por local de ocorrência e raça/cor

Porcentagem dos casos de violência física contra a mulher por raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta, de acordo com o local de ocorrência da violência: bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústrias/construção, local de prática esportiva, residência, via pública ou outros.

Outros locais de maior ocorrência da violência física

Quantidade de casos de violência física, cujo local não estava entre as opções anteriores e foram registrados como outros. Entre os principais locais de ocorrência estão: hospital,

trabalho e local de trabalho, motel, sítio, chácara, casa da mãe, casa do agressor, terreno baldio e carro.

3.1.2. Violência psicológica

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência psicológica contra mulheres e são descritos e detalhados abaixo:

Relação do autor da violência com a vítima

Quantidade de casos de violência psicológica contra a mulher segundo a relação dela com o autor da violência. As opções apresentadas foram: conhecido, cônjuge, cuidador, desconhecido, ex-cônjuge, ex-namorado, filho, irmão, madrasta, mãe, namorado, padrasto, pai, patrão ou chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei ou a própria mulher.

Sexo do autor da violência

Quantidade de casos de violência psicológica contra a mulher segundo o sexo do autor da violência.

Violência psicológica contra mulheres por raça/cor

Quantidade de casos de violência psicológica contra a mulher segundo a raça/cor. As opções apresentadas foram: amarela, branca, indígena, parda e preta.

Violência psicológica contra mulheres por Unidade da Federação

Quantidade de casos de violência psicológica contra a mulher por Unidade da Federação.

Violência psicológica contra mulheres por sexo e ciclo de vida do autor da violência

Porcentagem do total de casos de violência psicológica contra a mulher por sexo do autor: feminino, masculino ou ambos os sexos, de acordo com o ciclo de vida do autor: criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso.

Situação conjugal das mulheres vítimas de violência psicológica

Porcentagem de mulheres, vítimas de violência psicológica, de acordo com seu estado civil. As opções disponíveis foram: solteira, casada/união consensual, separada ou viúva.

Violência psicológica contra mulheres por local de ocorrência e raça/cor

Porcentagem dos casos de violência psicológica contra a mulher por raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta, de acordo com o local de ocorrência da violência: bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústrias/construção, local de prática esportiva, residência, via pública ou outros.

Outros locais de maior ocorrência da violência psicológica

Quantidade de casos de violência psicológica, cujo local não estava entre as opções anteriores e foram registrados como outros. Entre os principais locais de ocorrência estão: hospital, trabalho e local de trabalho, motel, unidade básica de saúde (UBS), telefone, celular, casa do agressor, terreno baldio e matagal.

3.1.3. Violência sexual

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência sexual contra mulheres, e serão descritos e detalhados a seguir:

Relação do autor da violência com a vítima

Quantidade de casos de violência sexual contra a mulher segundo a relação dela com o autor da violência. As opções apresentadas foram: conhecido, cônjuge, cuidador, desconhecido, ex-cônjuge, ex-namorado, filho, irmão, madrasta, mãe, namorado, padrasto, pai, patrão ou chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei ou a própria mulher¹⁶.

¹⁶ Neste caso referindo-se ao autoflagelo como possível ocorrência registrada no atendimento à vítima no sistema de saúde. Podendo ser interpretado de algumas formas, como exemplo, o autoflagelo relacionado a pessoas com transtornos como depressão e ansiedade, autismo e outros, que em momentos de crise podem se ferir, automutilar e etc.

Sexo do autor da violência

Quantidade de casos de violência sexual contra a mulher, segundo o sexo do autor da violência.

Violência sexual contra mulheres por raça/cor

Quantidade de casos de violência sexual contra a mulher segundo a raça/cor. As opções apresentadas foram: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Procedimentos de profilaxia realizados

Quantidade de procedimentos realizados em casos de violência sexual contra mulheres. As opções de procedimento foram: aborto previsto em lei, coleta de sangue, coleta de secreção vaginal, coleta de sêmen, contracepção de emergência, teste de DST¹⁷, teste de Hepatite B e teste de HIV.

Tipos de violência sexual

Casos de violência sexual contra a mulher por tipo de violência sexual. As opções apresentadas foram: assédio sexual, estupro, exploração sexual e pornografia infantil.

Número de envolvidos no ato de violência sexual

Quantidade de agressores que cometeram a violência sexual.

Estupro de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno

Quantidade de casos de estupro, cuja vítima foi uma mulher com deficiência e/ou algum transtorno.

¹⁷ A expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) foi substituída pela terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Entretanto, a base de dados escolhida para a construção do painel e desta NT ainda utiliza o termo anterior, por isso seguimos o padrão da sigla utilizada na base de dados.

Violência sexual contra mulheres por local de ocorrência

Porcentagem dos casos de violência sexual contra a mulher de acordo com o local de ocorrência da violência: bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústrias/construção, local de prática esportiva, residência, via pública ou outros.

Outros locais de maior ocorrência da violência sexual

Quantidade de casos de violência sexual, cujo local não estava entre as opções anteriores e foram registrados como outros. Entre os principais locais de ocorrência estão: motel, matagal, terreno baldio, carro, casa do pai, casa e residência do agressor, casa da avó, hotel e chácara.

Situação conjugal das mulheres vítimas de violência sexual

Porcentagem de mulheres, vítimas de violência sexual, de acordo com seu estado civil. As opções disponíveis eram: solteira, casada/união consensual, separada ou viúva.

Violência sexual contra mulheres por Unidade da Federação

Quantidade de casos de violência sexual contra a mulher por Unidade da Federação.

Violência sexual por tipo de deficiência

Porcentagem dos casos de violência sexual contra mulheres com deficiência e/ou transtorno por tipo de deficiência. As opções foram: visual, auditiva, física, mental ou outras.

3.2. Violência contra gestante

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar os dados mais relevantes sobre violência contra gestantes, conforme avaliação da equipe técnica do Observatório MulherES. Abaixo apresentamos algumas dessas informações citadas, descrevendo-as:

Violência contra gestante por período gestacional

Porcentagem de casos de violência contra mulher por período gestacional: 1º trimestre, 2º trimestre e 3º trimestre.

- **Por ano (série histórica)**

Porcentagem de casos de violência contra a mulher por período gestacional e ano da ocorrência.

- **Por raça/cor**

Porcentagem de casos de violência contra a mulher por período gestacional, segundo a raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Lesão autoprovocada de gestantes vítimas de violência por raça/cor

Quantidade de casos de mulheres gestantes que causaram lesões contra si mesmas, gestantes que sofreram algum tipo de violência, segundo a raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Violência contra gestantes por local de ocorrência

Porcentagem dos casos de violência contra gestante de acordo com o local de ocorrência da violência: bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústrias/construção, local de prática esportiva, residência, via pública ou outros.

Outros locais de maior ocorrência da violência sexual

Quantidade de casos de violência contra gestantes, cujo local não estava entre as opções anteriores e foram registrados como outros. Entre os principais locais de ocorrência estão: hospital, unidade básica de saúde (UBS), motel, carro, matagal, terreno baldio, chácara, festa, trabalho e unidade de pronto atendimento (UPA).

Motivação da violência contra gestante

Quantidade de casos de violência contra gestante, segundo os motivos pelos quais sofreram algum tipo de violência: conflito geracional, deficiência, homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia, intolerância religiosa, racismo, sexismo, situação de rua, xenofobia ou outros, por ano da ocorrência da violência.

Agressões contra gestantes

Quantidade de casos de agressão contra gestantes por ano, segundo o tipo de agressão: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros.

Escolaridade mais elevada das gestantes vítimas de violência

Porcentagem de gestantes, vítimas de violência, por período gestacional: 1º trimestre, 2º trimestre e 3º trimestre, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

Dentro dessa seção foi criada a subdivisão violência contra gestantes com deficiência para permitir a análise da violência voltada a esse grupo.

3.2.1. Violência contra gestantes com deficiência

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência contra gestantes com deficiência e/ou algum transtorno e serão listados e detalhados a seguir:

Violência contra gestantes com deficiência e/ou algum transtorno

Quantidade de vítimas gestantes com deficiência e/ou algum transtorno que sofreram algum tipo de violência.

Violência contra gestantes por raça/cor

Quantidade de vítimas gestantes com deficiência e/ou algum transtorno que sofreram algum tipo de violência segundo a raça/cor. As opções foram: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Tipos de violência contra gestantes

Casos de violência contra gestantes com deficiência e/ou algum transtorno, por tipo de violência. As opções apresentadas foram: violência física, violência psicológica e violência sexual.

Violência contra gestante por ano e tipo de agressão

Quantidade de vítimas gestantes com deficiência e/ou algum transtorno que sofreram algum tipo de violência, por ano e tipo de agressão: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros.

Violência contra gestante por período gestacional e Unidade da Federação

Quantidade de casos de violência contra gestante com deficiência e/ou algum transtorno que sofreram algum tipo de violência, por Unidade da Federação, e segundo o período gestacional: 1º trimestre, 2º trimestre ou 3º trimestre.

Violência contra gestante por ano e tipo de deficiência

Quantidade de casos de violência contra gestante com deficiência e/ou algum transtorno que sofreram algum tipo de violência, por ano, e segundo o tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual ou outras.

Violência contra gestante por escolaridade e período gestacional

Porcentagem de gestantes com deficiência e/ou algum transtorno, vítimas de violência, por período gestacional: 1º trimestre, 2º trimestre ou 3º trimestre, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

Violência contra gestante por ciclo de vida do autor e tipo de agressão

Quantidade de casos de agressão contra gestantes com deficiência e/ou algum transtorno por ciclo de vida do autor: criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, segundo o tipo de agressão: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros.

3.3. Violência contra pessoas com deficiência

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar os dados mais relevantes sobre violência contra pessoas com deficiência, conforme avaliação da equipe técnica do Observatório MulherES.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por tipo de deficiência

Quantidade de mulheres com deficiência que foram vítimas de violência segundo o tipo de deficiência. As opções foram: auditiva, física, mental, visual ou outras.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por tipo de transtorno

Quantidade de mulheres, vítimas de violência, por tipo de transtorno. As opções foram: transtorno comportamental ou transtorno mental.

Tipos de violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno

Quantidade de mulheres com deficiência que foram vítimas de violência por tipo de violência sofrida: financeira/econômica, trabalho infantil, negligência/abandono, tortura e tráfico de seres humanos.

Agressões contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno

Quantidade de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno que foram vítimas de agressões por tipo de agressão. As opções foram: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros.

Lesão autoprovocada de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno

Quantidade de casos de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno que causaram lesões contra si mesmas, que sofreram algum tipo de violência. Essa informação também é apresentada pelo comparativo por tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual ou outras.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por Unidade da Federação

Quantidade de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno que foram vítimas de violência por Unidade da Federação.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por local de ocorrência e tipo de deficiência

Quantidade de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno que foram vítimas de violência por local de ocorrência: bar ou similar, comércio/serviços, escola, habitação coletiva, indústrias/construção, local de prática esportiva, residência, via pública e outro, segundo o tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual e outras.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por raça/cor e tipo de deficiência

Quantidade de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno que foram vítimas de violência por raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta, segundo o tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual ou outras.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por tipo de deficiência e escolaridade

Porcentagem de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno, vítimas de violência, por tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual ou outras, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

3.4. Violência por orientação sexual e identidade de gênero

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar os dados mais relevantes, conforme avaliação

da equipe técnica do Observatório MulherES, sobre violência sofridas por mulheres pela orientação sexual e/ou identidade de gênero.

3.4.1. Violência por orientação sexual

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência contra mulheres segundo sua orientação sexual.

Violência contra mulheres segundo sua orientação sexual

Quantidade de mulheres, vítimas de violência, segundo a orientação sexual. As opções oferecidas pela base de dados foram: bissexual, heterossexual ou homossexual.

Violência contra mulheres segundo sua orientação sexual e Unidade da Federação

Quantidade de mulheres, vítimas de violência, segundo a orientação sexual: bissexual, heterossexual ou homossexual, por Unidade da Federação.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por tipo de deficiência e orientação sexual

Quantidade de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno, vítimas de violência, por tipo de deficiência: auditiva, física, mental, visual ou outras, segundo a orientação sexual: bissexual, heterossexual ou homossexual.

Violência contra mulheres segundo sua orientação sexual e escolaridade

Porcentagem de mulheres, vítimas de violência, segundo a orientação sexual: bissexual, heterossexual ou homossexual, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio

completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

Assédio sexual contra mulheres segundo sua orientação sexual e raça/cor

Quantidade de mulheres que sofreram assédio sexual segundo sua orientação sexual declarada: heterossexual, bissexual ou homossexual e por raça/cor: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Violência contra mulheres com deficiência e/ou algum transtorno por tipo de orientação sexual

Porcentagem de mulheres com deficiência e/ou algum transtorno, vítimas de violência, segundo a orientação sexual: bissexual, heterossexual ou homossexual.

Razão entre vítimas com transtorno por orientação sexual

Neste caso, se analisa, dentro dos casos de vítimas conforme sua orientação sexual, quantas possuem transtorno comportamental ou mental considerando o percentual total das vítimas da orientação sexual analisada. Por exemplo: do total de vítimas bissexuais com algum transtorno, 28,89% possuíam transtorno comportamental, enquanto 71,11% possuíam transtorno mental, e assim por diante.

3.4.2. Violência por identidade de gênero

Os indicadores dessa seção apresentam informações sobre a violência em relação a identidade de gênero da vítima, caso a vítima seja transexual.

Violência contra pessoas transexuais segundo sua identidade de gênero

Quantidade de pessoas transexuais, vítimas de violência, segundo a identidade de gênero. As opções oferecidas pela base de dados foram: transexual mulher ou transexual homem.

Violência contra pessoas transexuais por raça/cor

Quantidade de pessoas transexuais, vítimas de violência, por raça/cor. As opções apresentadas foram: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Agressões contra pessoas transexuais

Quantidade de pessoas transexuais que foram vítimas de agressões por tipo de agressão. As opções foram: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros.

Situação conjugal das pessoas transexuais vítimas de violência

Porcentagem de pessoas transexuais, vítimas de violência sexual, de acordo com seu estado civil. As opções disponíveis eram: solteira, casada/união consensual, separada ou viúva.

Lesões autoprovocadas de pessoas transexuais vítimas de violência

Quantidade de casos de lesões causadas contra si mesmo, de pessoas transexuais por identidade de gênero: mulher transexual ou homem transexual, por ano de ocorrência da violência.

Violência contra pessoas transexuais por Identidade de gênero e Unidade da Federação

Quantidade de pessoas transexuais, vítimas de violência, segundo a identidade de gênero: mulher transexual ou homem transexual, por Unidade da Federação.

Violência Física, Psicológica e/ou Sexual

Quantidade de pessoas transexuais, vítimas de violência, segundo a identidade de gênero: mulher transexual ou homem transexual, por tipo de violência: física, psicológica ou sexual.

Violência contra pessoas transexuais por tipo de violência

Casos de violência contra pessoas transexuais por tipo de violência sofrida. As opções apresentadas foram: assédio sexual, estupro, exploração sexual, pornografia infantil ou sexismo.

Motivação da violência contra pessoas transexuais

Quantidade de casos de violência contra pessoas transexuais, por identidade de gênero: mulher transexual ou homem transexual, segundo os motivos pelos quais sofreram algum tipo de violência: conflito geracional, deficiência, homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia, intolerância religiosa, racismo, sexismo, situação de rua, xenofobia ou outros.

Escolaridade mais elevada das pessoas transexuais vítimas de violência

Porcentagem de pessoas transexuais, vítimas de violência, por identidade de gênero: mulher transexual ou homem transexual, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

3.5. Agressão

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar informações com foco nas agressões sofridas pelas mulheres. Foram escolhidos os dados mais relevantes, conforme avaliação da equipe técnica do Observatório MulherES¹⁸.

¹⁸ As agressões, neste caso, são também caracterizadas como um ato violento, como nos casos indicados no decorrer do texto, com o acréscimo de que se dá maior especificidade sobre o tipo de ocorrência violência indicada pelo técnico responsável do registro da informação na base de dados.

Encaminhamentos para instituições de assistência

Quantidade de encaminhamentos para instituições de assistência em caso de agressão contra mulher, segundo o tipo de instituição que ela foi encaminhada. As opções disponíveis foram: rede de assistência social, rede de atendimento à mulher, conselho do idoso, conselho tutelar, defensoria pública, delegacia, delegacia especializada de proteção à criança e ao adolescente, delegacia de atendimento ao idoso, delegacia de atendimento à mulher, centro de referência dos direitos humanos, justiça da infância e da juventude ou ministério público.

Tipos de agressão

Casos de agressão contra a mulher por tipo de agressão sofrida. As opções apresentadas foram: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros. Esses dados também foram apresentados em forma de porcentagem.

Agressão contra mulher por tipo de agressão e ano

Quantidade de mulheres vítimas de agressão por tipo de agressão: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros, e por ano da ocorrência.

Agressão contra mulher por tipo de agressão e escolaridade

Quantidade de mulheres, vítimas de agressão, por tipo de agressão: ameaça, arma de fogo, enforcamento, envenenamento ou intoxicação, força corporal ou espancamento, objeto contundente, objeto perfuro-cortante, substância ou objeto quente ou outros, em relação a escolaridade mais elevada que concluíram. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino

fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1ª grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2ª grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

Motivação das agressões contra mulheres

Quantidade de casos, segundo os motivos pelos quais as mulheres sofreram a agressão. As opções apresentadas foram: conflito geracional, deficiência, homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia, intolerância religiosa, racismo, sexismo, situação de rua, xenofobia ou outros.

3.6. Autor da violência contra a mulher

Os indicadores dessa seção foram selecionados na base de dados construída a partir do SINAN, e tem como objetivo apresentar as informações mais relevantes, conforme avaliação da equipe técnica do Observatório MulherES, sobre o autor da violência contra a mulher.

Relação do autor da violência com a vítima

Quantidade de casos de violência contra a mulher segundo a relação indicada dela com o autor da violência. As opções apresentadas foram: conhecido, cônjuge, cuidador, desconhecido, ex-cônjuge, ex-namorado, filho, irmão, madrasta, mãe, namorado, padrasto, pai, patrão ou chefe, pessoa com relação institucional, policial/agente da lei ou a própria mulher.

Orientação sexual do autor da violência

Casos de violência contra mulher segundo a orientação sexual do autor da violência. As opções disponíveis foram: bissexual, heterossexual ou homossexual.

Identidade de gênero do autor da violência

Casos de violência contra mulher segundo a identidade de gênero do autor da violência. No caso de o autor da violência ser uma pessoa trans. As opções disponíveis foram: mulher transexual ou homem transexual.

Violência contra mulher por raça/cor do autor da violência

Quantidade de casos de violência contra mulher, segundo a raça/cor do autor da violência. As opções disponíveis foram: amarela, branca, indígena, parda ou preta.

Casos de violência contra mulher em que o autor da violência estava alcoolizado

Quantidade de casos de violência contra mulher em que o autor da violência estava alcoolizado no momento do ato.

Reincidência da violência contra mulher

Quantidade de casos de violência contra mulher por sexo do autor da violência: feminino ou masculino, e se a violência já tinha ocorrido outras vezes ou não.

Violência contra mulher por sexo e escolaridade do autor da violência

Quantidade de casos de violência contra a mulher, por sexo do autor da violência: feminino ou masculino, em relação a escolaridade mais elevada concluída pelo autor. As opções apresentadas foram: 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental, 4ª série completa do ensino fundamental (antigo 1º grau), 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (antigo ginásio ou 1º grau), ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau), ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau), ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau), educação superior incompleta ou educação superior completa.

Série histórica dos casos de violência contra as mulheres segundo o sexo do autor da violência

Quantidade de casos de violência sofridos pelas mulheres ao longo dos anos, segundo o sexo do autor da violência: feminino ou masculino.

Violência contra mulher por sexo e tipo de deficiência do autor da violência

Quantidade de casos de violência contra a mulher, por sexo do autor da violência: feminino ou masculino, em relação ao tipo de deficiência que o autor possui: auditiva, física, mental, visual ou outras.

4. Considerações Finais

Ao conduzir uma análise abrangente das variáveis descritas nesta NT sobre o eixo Violência interpessoal do Observatório, somos capazes de fornecer uma exposição mais completa sobre o conjunto de dados e os objetivos gerais na formulação de um painel interativo para abordar o assunto mencionado neste documento. Por meio da utilização deste painel, torna-se possível justapor os dados contidos nele, permitindo assim um exame meticuloso de diversidades notáveis para obter uma visão sobre a situação das mulheres no Brasil e em suas várias Unidades Federativas. Essa abordagem permite um exame mais detalhado das informações apresentadas, abrindo caminho para uma compreensão mais profunda das complexidades que cercam as experiências de mulheres em diferentes regiões do país.

No anseio em que a partir disso seja possível orientar o direcionamento de políticas públicas preconizando a transparência na produção e divulgação de dados sobre o assunto. Para que o público em geral e pesquisadores do tema abordado tenham acesso e usufruto sobre informações que são caras ao cotidiano das mulheres. Tais ações servirão para fortalecer a rede de informações, pesquisas e dados que delineiam essa realidade cotidiana, ampliando progressivamente sua base teórica, e, gradativamente

ampliando seu arcabouço teórico, subsidiando um direcionamento estatal mais eficaz e eficiente nas políticas voltadas para a mulher no Brasil e no Espírito Santo.

5. Referências

BACCHUS, L. J.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; PEREIRA, S.; SCHRAIBER, L.B.; AGUIAR, J.M.; GRAGLIA, C.G.V.; BONIN, R.G.; FEDER, G.; COLOMBINI, M. **An evidence-based primary health care intervention to address domestic violence against women in Brazil: a mixed method evaluation.** BMC Primary Care, v.24, n.1, article ID 198, 2023, 15 p. Disponível em: <https://bmcpimcare.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12875-023-02150-1> Acesso em: abril de 2024.

BATTISTI, C.R.; LOHMANN, P.M. **Analysis of indicators of violence against women from notifications of violence of the 16th Regional Health Coordination.** Research, Society and Development, v. 9, n. 2, e159922247, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2247> Acesso em: abril de 2024.

BIGONI, A.; MALIK, A.M.; TASCA, R.; CARRERA, M.B.M.; SCHIESARI, L.M.C.; GAMBARDELLA, D.D.; MASSUDA, A. **Brazil's health system functionality amidst of the COVID-19 pandemic: An analysis of resilience.** Lancet Regional Health. Americas, v.10, nº 100222, p. 100222, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00039-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00039-4/fulltext) Acesso em: jun. 2024.

BRASIL - Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília: Presidência da República. 2011, 24 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia->

[contra-as-mulheres/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf](#) Acesso em: abril de 2024.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S (coord.). **Atlas da Violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf> Acesso em: março de 2024.

CERQUEIRA, D. R. de C.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031> Acesso em: jun. 2024.

COLONESE, C. F.; PINTO, L. W. **Analysis of reports of violence against pregnant women in Brazil in the period from 2011 to 2018**. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 31, 2021. doi: 10.1590/1980-265x-tce-2021-0180. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Lp3snHv8Yrd5ZGCLV644Mzy/>. Acesso em: jun. 2024.

ELLSBERG, M. **Violence against women: a global public health crisis..** *Scandinavian Journal of Public Health*, 34(1):1-4. 2005, 4 p. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/14034940500494941> Acesso em: abril de 2024.

ENGEL, C.L. **A violência contra a mulher**. In: *Beijing +20: Avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, DF. v. 20, 2020, 60 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10313/1/AViolencia_Cap_4.pdf Acesso em: março de 2024.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf> Acesso em: março de 2024.

FONSECA, D.H.; RIBEIRO, C.G.; LEAL, N.S.B. **Violência doméstica contra a mulher:** Realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*; 24 (2): 307-314, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHnt9s/?format=pdf> Acesso em: março de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.** Secretaria de Transparência, Senado Federal. Brasília, DF. 2023, 791 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasetado-2023> Acesso em: março de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher – Espírito Santo.** Secretaria de Transparência, Senado Federal. Brasília, DF. 2024, 680 p. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasetado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/PDF/espirtosanto.pdf Acesso em: março de 2024.

LAZZARI, K. C. V.; CARLOS, P. P.; ACCORSSI, A. **Violência de gênero e direito das mulheres no Brasil.** *Humanas*, v. 8, n. 3, p. 221-234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/7106> Acesso em: abril de 2024.

LEITE, F. M. C.; SANTOS, D. F.; RIBEIRO, L. A.; TAVARES, F. L.; FIOROTTI, K. F.; FERREIRA, L. DA S.; PEDROSO, M. R. DE O. **Violência física contra o sexo feminino no Espírito Santo.** *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 22, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/63874> Acesso em: abril de 2024.

LIMA, L.S.; FABRIS, L; SILVA, M.G.. **Violence Against Black Women in Politics:** Experiences and Testimonials from Brazil. *Femina Politica – Zeitschrift für feministische Politikwissenschaft*. 2022, 16 p. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/366109935_Violence_Against_Black_Women_in_Politics_Experiences_and_Testimonials_from_Brazil Acesso em: abril de 2024.

MORAES, S. D. T. A.; BEZERRA, I. M. P.; AFONSO, M. M. dos S.; DREZETT, J.; JÚNIOR, J. M. S.; BARACAT, E. C. **Femicide in Brazil**: premature, preventable and trivialized death of women. *Archives of Health*, v. 4, n. 2, p. 450-465, 2023. doi: 10.46919/archv4n2-010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003144255> Acesso em: jun. 2024

SANTOS, M. C. O. **Violência contra as mulheres em Palmas, Tocantins**: o que revelam os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN? Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, 73 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26067> Acesso em: jun. 2024

SILVA, C.D.; GOMES, V. L. O.; ACOSTA, D.F.; BARLEM, E.L.D; FONSECA, A.D. **Epidemiology of violence against women**: characteristics of the attacker and the violent act. *Journal of Nursing Ufpe Online*, 2012, 7 p. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/10197/10756> Acesso em: abril de 2024

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNPD. **Gender Social Norms Index (GSNI): Breaking down gender biases: Shifting social norms towards gender equality**. New York, 2023, 44 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/gsni202303.pdf> Acesso em: ago. 2024.